



1 ATA DA 375ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
2 AMBIENTE – CEPRAM

3 Às dez horas do dia dezesseis de agosto de 2013, na Fundação Luiz Eduardo
4 Magalhães, no Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - Bahia, realizou-se a
5 375ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM.
6 Estiveram presentes o Secretário Estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, a
7 secretária executiva Mariana Stefanelli Mascarenhas, e demais conselheiros: Vera
8 Lucia Frazão Barreto Alves - SEINFRA, Leticia Coelho da Costa Nobre – SAEB, Wal
9 Goulart Macedo de Santana Júnior, do Governo Municipal – UPB, Claudio Antonio
10 Carilo de Magalhães – COPIBA, Irundi Sampaio Edelweiss – FIEB, Luiz Fernando
11 Galvão de Almeida – SINDIBRITA, Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ, Giovanna
12 Carozzo – PETROBRÁS, Ricardo Eugênio Cassamassimo – SINDPACEL, José
13 Luciano Fiúza Junior – CETREL S.A, José Carlos Gallindo – BAHIAGÁS, José
14 Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO, Leila Marcia Souza Oliveira –
15 Sindicato Rural de Camacan, Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA,
16 Wilson Andrade – ABAF, Iglesias Brasil Cabalero – Sindicato dos Trabalhadores do
17 Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia, Miguel da Costa Accioly – UFBA,
18 Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN, Fabiana Araujo da Silva – PRISMA,
19 Martin Mair – ADES, Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA, Daniel Melo Barreto –
20 BIOESTE, Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES. O Secretário Eugênio
21 Spengler cumprimentou a todos e como havia *quórum* regimental foi aberta a sessão.
22 Constaram em pauta: 1. Apreciação da ata da 374ª reunião ordinária CEPRAM, 2.
23 Relato de Processos, 2.1 Processos Adiados, 2.2 Processos Diligenciados, 2.3
24 Processos Pedido de Vista, 2.4 Processos Novos. O Secretário, senhor Eugênio
25 Spengler, informou que aproveitaria o momento da reunião do CEPRAM para fazer a
26 assinatura do contrato licitatório de Mapeamento de Cobertura Vegetal do Estado, com
27 intuito de desenvolver um sistema que permita um mapeamento e organização do
28 território garantindo qualidade na tomada de decisão e na gestão do meio ambiente do
29 território como um todo. O contrato, com valor de R\$ 8.194.500,00 (oito milhões cento
30 e noventa e quatro mil e quinhentos reais) foi assinado com a empresa
31 GEOAMBIENTE SENSORIAMENTO REMOTO S/A e previsão de execução de 36
32 meses. O conselheiro Eugênio Spengler fez alguns destaques sobre a importância do
33 mapeamento. O mapeamento estará vinculado ao SEIA, um sistema que ao receber
34 informações do cadastro ambiental rural, do cadastro de atividades potencialmente
35 poluidoras, pelos dados de monitoramento e licenciamento ambiental, qualidade do ar,
36 qualidade da água, do conjunto de ações de monitoramento, gerando informações de
37 qualidade e relacionados à questão ambiental do Estado da Bahia. Afirmou que será
38 uma ferramenta facilitadora das ações de empreendedores, otimizando investimentos,
39 e dos órgãos ambientais na orientação do desenvolvimento e uso econômico, vai
40 também estabelecer critérios de restrição de uso e compensação permitindo a
41 organização da cota de reserva ambiental prevista no código florestal. Destacou que o
42 mapeamento poderá servir de apoio para a realização do Inventário de Cobertura
43 Florestal que será realizado posteriormente. O mapeamento será feito por bioma,



44 primeiro bioma será o Cerrado, o segundo bioma o da Mata Atlântica, o terceiro o da
45 Caatinga. Esta ordem não foi estabelecida por importância, e sim devido à situação de
46 pressão em que estes biomas estão expostos. Segundo o conselheiro Eugênio
47 Spengler, será mantida uma agenda de apresentação dos produtos de
48 acompanhamento por parte do CEPRAM. O senhor Secretário informou que o núcleo
49 técnico permanente de 35 concursados já chamados irá reforçar essa dinâmica do
50 planejamento. A atualização de áreas prioritárias vai ser feita através de um convenio,
51 aproveitando a proposta encaminhada a PGE fazer com a WWF tendo em vista que a
52 atualização da nacional está sendo feita pela mesma, o que facilita a metodologia e a
53 Lei permite contratar e o custo será de R\$ 600.000,000 (seiscentos mil reais) e deverá
54 fechar o ciclo de contratação e execução dessas cinco ferramentas. Feito isso, o
55 conselheiro Eugênio Spengler passou a palavra a representante da empresa
56 GEOAMBIENTE SENSORIAMENTO REMOTO S/A, senhora Izabel Cicarele que
57 cumprimentou a todos, apresentou a empresa e falou que o Consórcio está feliz e
58 empenhando neste mapeamento tão importante. A Senhora Márcia Teles diretora
59 geral do Inema cumprimentou e agradeceu o empenho de todos; comentou sobre a
60 responsabilidade e grande importância do trabalho que é um instrumento
61 importantíssimo que vem somar a outras ferramentas de planejamento que o sistema
62 vem desenvolvendo, salienta que é uma somatória de esforços e faz agradecimento
63 especial as equipes técnicas SEMA e INEMA. Terminados os agradecimentos,
64 assinaram o contrato. O conselheiro Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ questionou
65 ao conselheiro Eugênio Spengler sobre a possibilidade de atrelar este trabalho à
66 execução dos planos de Bacia. O conselheiro Eugênio Spengler considera temerário
67 acelerar o processo, devido a possíveis resultados não satisfatórios e que a realização
68 deste contrato não impede a elaboração dos planos de Bacia, mas que será feito de
69 forma gradativa. O conselheiro Cláudio de Carvalho Mascarenhas posicionou-se sobre
70 a participação das entidades ambientalistas desde o início da concepção e da
71 execução devido ao seu o papel de repassar isso para a sociedade e evitar problemas
72 posteriores. A senhora Izabel Cicarele concordou e disse que será acompanhado por
73 uma Comissão que já foi nomeada e que esta Comissão fará também a avaliação
74 deste instrumento associado aos outros instrumentos de planejamento que também
75 estão sendo desenvolvidos em conjunto. O conselheiro Luiz Fernando Galvão de
76 Almeida – SINDIBRITA faz questionamento acerca da metodologia utilizada no
77 mapeamento e se o trabalho será acompanhado pelo CEPRAM. Sobre a metodologia
78 a senhora Márcia Teles propõe outro momento de reuniões para esclarecimentos
79 técnicos. Foi informado que não haverá indicação, contudo propõe que tanto na
80 Câmara Técnica de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do CEPRAM
81 quanto na plenária, possam ter algumas apresentações para demonstrar como o
82 trabalho está sendo realizado. A senhora Izabel Cicarele expõe a disponibilidade da
83 empresa para quaisquer esclarecimentos durante todo o processo de execução.
84 Mariana Mascarenhas - SEMA agradece a todos e inicia o encaminhamento da 375ª
85 Reunião Ordinária do Conselho. O conselheiro Eugênio Spengler inicia a reunião
86 informando que as pessoas que acessarem o SICAR - Sistema Nacional do Cadastro
87 Ambiental Rural terão acesso a todos os dados das propriedades rurais baianas



88 cadastradas no CEFIR, integrados ao sistema nacional; destacou o sistema do CEFIR
89 foi desenvolvido inteiramente pela equipe técnica do INEMA, parabenizando-os; falou
90 sobre o empenho que haverá em cadastrar empresas como a BASF, COPENER,
91 parques eólicos, empresas de eucalipto, a FETAG que já possui um acordo de um
92 convênio que fará o cadastro de 10.000 (dez mil) propriedades de até quarto módulo
93 ainda para este ano, e que tramita no BNDES um projeto para captação de recursos, a
94 fundo perdido de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) para o cadastro de propriedades
95 até quatro módulos do Estado, permitindo chegar a uma média de cinquenta mil
96 propriedades rurais de agricultura. Parte deste recurso da compensação ambiental
97 será destinado a investimentos nas APAS Estaduais com foco na regularização
98 ambiental das propriedades rurais, cadastro ambiental rural, e restauração de área
99 degradada em APP e Reserva Legal. Após esta explanação, informou aos
100 conselheiros que as senhas do SEIA serão disponibilizadas para os titulares e
101 suplentes e em breve para os cidadãos, seguindo a lógica da transparência. Em
102 seguida, o conselheiro Eugênio Spengler deu seguimento à apreciação de processos.
103 1. Processos Adiados: 1.1. Processo 2009-032841/TEC/AIEM-0057, Município de
104 Formosa do Rio Preto, o interessado senhor Adil Arlindo Manjabosco, de tipo auto de
105 infração de embargo temporário referente à obra de construção de canal para desvio
106 de parte das águas do Rio do Ouro para abastecimento da fazenda por meio de roda
107 d'água sendo instalado em APP no sistema de captação com tubulação de ferro
108 galvanizado sem a devida licença ambiental com efetivo impacto ao meio ambiente
109 que em desacordo a legislação em vigor. O Conselheiro relator Irundi Edelweiss vota
110 por manter a decisão do INEMA que conclui que a atividade, bem como as obras,
111 estão devidamente regularizadas e reconhece que a infração aplicada encontra-se
112 sem motivação acolhendo o recurso proposto pelo autuado de suspensão do embargo
113 provisório. Não havendo objeções dos demais membros deste Conselho, o
114 conselheiro Eugênio Spengler considerou suspenso o embargo tendo em vista que o
115 imóvel encontra-se regularizado no momento. 1.2. Processo 2009-006049/TEC/AIMU-
116 0162 do município de Morro do Chapéu, auto de infração de multa no valor de
117 R\$10.000,00 (dez mil reais), tendo como fato gerador lavar areia sem licença
118 ambiental. A prefeitura solicita anulação do auto de infração de multa, ou
119 transformação em prestação de serviços relacionados à manutenção de recursos
120 ambientais. O Conselheiro relator Ricardo Cassamassimo vota pela manutenção da
121 multa com mudança na forma de pagamento, 50% da multa em valor e 50% em
122 prestação de serviços ambientais. Devido ao valor da multa ser considerado por
123 alguns relativamente baixo para ser fracionado, alguns membros do Conselho,
124 sugerem que a multa seja toda convertida em serviços ambientais, sem objeções do
125 Conselho o Secretário considera aprovada a manutenção da multa, convertendo-a
126 100% em serviços ambientais e o que será feito antes da execução será anuído pela
127 SEMA – INEMA. 2. Processos Diligenciados: 2.1. Processo 2007-005051/TEC/AIMU-
128 0230, município Coração de Maria, interessado senhor Eduardo Humberto Oliveira
129 Barbosa, auto de infração de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o
130 fato gerador foi supressão e extração mineralógica em APP do Rio Pojuca sem licença
131 ambiental. O pedido: anulação do auto de infração de multa. A conselheira Leila



132 Oliveira apresentou o voto pela anulação da multa considerando que a infração foi
133 cometida pela Prefeitura de Feira de Santana sem o conhecimento do proprietário. Foi
134 sugerida pelo plenário uma reunião com a relatora da matéria, representantes do
135 jurídico e da fiscalização do INEMA, para recalcular o valor da multa e tomar uma
136 decisão na próxima reunião deste Conselho. O processo permaneceu em diligência.
137 2.2. Processo 2008-012772/TEC/AIEM-0050, município de Santa Maria da Vitória,
138 interessado Antonio Teixeira de Carvalho, auto de infração de embargo. Fato gerador:
139 Intervenção em área de preservação permanente do Rio Corrente sem autorização
140 ambiental. O pedido: anulação do embargo. Conselheiro relator, Marcello Nunes de
141 Abreu. Este processo foi adiado por falta do relatório de inspeção do INEMA. 2.3.
142 Processo 2008-005439/TEC/AIMU-0312, município de Ibirapuã, Interessado AGRO
143 UNIONE LTDA, auto de infração de multa no valor de R\$ 52.900,000 (cinquenta e dois
144 mil e novecentos reais). Fato gerador: Implantação e o manejo do Projeto Agrícola da
145 fazenda Carioca ocorrendo sem as necessárias autorizações e licenças e licenças
146 ambientais tendo sido constatada a devida degradação ambiental causada pela
147 ocupação de área de preservação permanente pelo cultivo de cana de açúcar, efetiva
148 poluição e degradação ambiental pelo escoamento sob o solo de águas residuárias
149 contaminadas e geradas pela lavagem de veículos e máquinas pela retirada de
150 material de empréstimo com exposição do horizonte inferior do solo e pela disposição
151 inadequada de embalagens vazias de agrotóxicos e afins. Conselheiro relator
152 Melquiades Oliveira – CEPEDES votou pela manutenção da multa. Não havendo
153 objeções do Conselho, a penalidade de multa foi mantida. 3. Processos Novos. Dois
154 processos foram retirados da pauta a pedidos de adiamento. O primeiro processo
155 novo adiado teve como proponente a SEMA, o fato gerador: Minuta de Resolução de
156 Impacto local de competência dos municípios e do pedido da aprovação da resolução,
157 Conselheira Relator, Mariana Vidal da SEMA. Foi adiado para uma avaliação mais
158 criteriosa. O conselheiro Eugênio Spengler ressaltou que essa matéria poderá ser
159 discutida em pauta específica em reunião extraordinária. O segundo tem como
160 proponente o INEMA, fato gerador: elaboração do plano de manejo do Parque
161 Estadual de Sete Passagens. Pedido: Aprovação. Conselheira relatora Mariana
162 Mascarenhas. A conselheira Leila Oliveira disse que o processo já foi aprovado pela
163 Câmara Técnica, entretanto pediram adiamento do processo, para que haja mais
164 tempo para a elaboração do parecer. Deu-se continuidade aos processos constantes
165 em pauta. 3.2. Processo 2012-018742/TEC/ERPM-0001, Município de Jeremoabo,
166 interessado: INEMA, fato gerador: elaboração de Plano de Manejo da APA Serra
167 Branca Raso da Catarina. O pedido: aprovação. Conselheiro Relator Mariana
168 Mascarenhas - SEMA. A conselheira Mariana Mascarenhas pediu adiamento do
169 processo pelo fato de terem surgido novos elementos a serem analisados. 3.3.
170 Processo 2008-009353/TEC/AIAD-0574 do município de Caravelas, fato gerador: não
171 ter documentação comprobatória de averbação de reserva legal ou protocolo de
172 informação de processo de localização de Reserva Legal, não ter apresentado planta
173 georreferenciada do imóvel demarcando as áreas de reserva legal, área de
174 preservação permanente, cobertura vegetal, infraestrutura, sistema viário, não possuir
175 cadastro estadual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados

ambientais, de APP, não possuir registro de unidade florestal do auto de infração de advertência. O conselheiro relator Melquiades Oliveira do CEPEDES votou a favor da manutenção da advertência, não havendo manifestação o Secretário considera aprovada a advertência. 3.4. Processo 2008-009372/TEC/AIAD-0577, do município de Teixeira de Freitas, Do mesmo fato gerador e interessado do processo anterior, tendo como relator novamente o conselheiro Melquiades Oliveira, que vota pela manutenção da advertência. Não havendo objeções as advertências foram mantidas. 3.5. Processo 2009-000500/TEC/AIMU-0029, do município de Miguel Calmon, Interessado TOP ENGENHARIA LTDA, auto de infração de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fato gerador: Implantação de britador em uma área de cerca de 2 ha, sem requerer licença ambiental. Pedido: anulação da multa. Conselheiro relator Renato Cunha vota pela manutenção da multa. Processo teve pedido de vistas dos conselheiros Luiz Galvão e Vera Frazão. 3.6. Processo 2005-006557/TEC/AIAD-0457, do município de Brotas de Macaúbas, fato gerador: dispor de resíduos sólidos urbanos de forma inadequada. Pedido: revogação do auto de infração. O conselheiro relator Ailton Araujo justifica o pedido de revogação por encontrar no processo dados conflitantes que podem suscitar posteriormente problemas jurídicos. Encerradas as votações dos processos, o Secretário sugere a apresentação da proposta de criação da Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais, a conselheira Mariana Mascarenhas apresenta o teor da minuta desenvolvida, que informa a função de instituir Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais em caráter permanente com a finalidade de propor ao plenário a decisão de última instância com a decisão dos interpostos contra as infrações ambientais impostas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Compete a Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais, instituída por essa resolução, exame preliminar, elaboração de proposta de decisão sobre os recursos administrativos a ser homologada pela plenária do CEPRAM. Após manifestações e sugestões sobre alguns pontos da proposta, o conselheiro Eugênio Spengler propõe a convocação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para a próxima reunião ordinária na plenária para que haja uma discussão aprofundada. O conselheiro Wilson Andrade sugere atenção no horário, pois alguns conselheiros estão chegando atrasados e atrasando o início da reunião. O conselheiro Eugênio Spengler concorda e mantém o horário de 09h para início da reunião, o mesmo salientou a importância da confirmação da presença para manter ou adiar reunião, evitando gastos desnecessários para o Estado, em seguida encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada na qual eu, Michele Cedro Cardoso, lavrei esta Ata que será assinada por mim e pelos membros presentes. Salvador, 16 de agosto de 2013.

Presidente: Eugênio Spengler

Secretária Executiva: Mariana Mascarenhas

Membros:

Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA

Claudio Antonio Carilo de Magalhães – COPIBA

Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN

Daniel Melo Barreto – BIOESTE



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados

- 220 Fabiana Araujo da Silva – PRISMA
221 Giovanna Carrozzo – PETROBRÁS
222 Iglesias Brasil Cabalero – Sind. dos Trab. do Ramo Químico
223 Irundi Sampaio Edelweiss – FIEB
224 José Carlos Gallindo – BAHIA GÁS
225 José Luciano Fiúza Junior – CETREL S.A
226 José Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO
227 Leila Marcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
228 Leticia Coelho da Costa Nobre – SAEB
229 Luiz Fernando Galvão de Almeida – SINDIBRITÁ
230 Martin Mair – ADES
231 Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES
232 Miguel da Costa Accioly – UFBA
233 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA
234 Ricardo Eugênio Cassamassimo – SINDPACEL
235 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ
236 Vera Lucia Frazão Barreto Alves – SEINFRA
237 Wal Goulart Macedo de Santana Júnior – UPB
238 Wilson Andrade – ABAF